

CAMPANHA SALARIAL 2017: VAMOS À LUTA PELO ATENDIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES

Na Plenária Nacional da FENASPS, realizada em 16 de março/17, foi deliberado realizar Encontro Nacional trabalhadores do Seguro Social, Seguridade Social e Anvisa no dia 6 de maio, sábado, e Plenária Nacional no dia 7 de maio, domingo, com os seguintes eixos de Luta:

- Reposição das perdas e política de recomposição salariais com base na inflação acumulada;
 - Jornada de 30 horas para todos os servidores sem redução de salário;
 - Implantação do Plano de Cargos e Carreiras;
 - Adicional de Qualificação para todos os servidores;
 - Concurso Público para repor o quadro de pessoal;
 - Incorporação das Gratificações;
 - Melhores Condições de Trabalho para todos.
- H) Cumprimento do Acordo de Greve com incorporação das Gratificações nas aposentadorias conforme lei 13.324/2016
- Regulamentação do Comitê de Carreira o Seguro e Seguridade Social
 - Implantação de nova tabela de progressão funcionária permitindo este direito a todos os servidores;
 - Correção dos valores do Tickets refeição e Auxílio-Creche com base na inflação;

Esses pontos devem nortear os trabalhadores da nossa base para a construção da Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial 2017 a ser deflagrada conjuntamente pelos demais segmentos de servidores federais após a Plenária Nacional de 7 de maio.

Há questões específicas que devem ser discutidas nos locais de trabalho e serem encaminhadas ao SINDPREVS para que possamos apresentá-las em Brasília.

O desmonte promovido por Temer no INSS interfere nas condições de trabalho, pois há incertezas que deixam os trabalhadores angustiados e temerosos pelo futuro, ainda mais com essa possibilidade de haver terceirização dos servidores, sem falar que o INSS DIGITAL possibilita o desmonte da atual estrutura do INSS, sendo facilitada a terceirização e a precarização do trabalho. O Projeto Piloto implementado em Mossoró (RN) não permite que seja feita uma análise real do projeto digital e teletrabalho. Porém, deixa margens a muitas dúvidas e incertezas, porque não resolve nenhuma das mazelas do INSS para prestar bom atendimento aos segurados. Por tudo isto a FENASPS e SINDPREVS/PR vem cobrando da direção do INSS, que seja buscada a solução para os problemas apresentados pela categoria antes de tentar empurrar como querem as Superintendências com o tal projeto Recomeçar.



Cascavel



Curitiba



Londrina

A incompetência do atual ministro provoca caos na Saúde Pública

Os trabalhadores do Ministério da Saúde estão numa guerra sem tréguas para sobrevivência do sistema público e do SUS. É grande a preocupação com a área da Saúde Pública. O SUS está sendo desmontado para beneficiar as empresas privadas que visam ao lucro. O próprio sinistro da saúde apresentou, como solução, um plano de saúde de baixo custo para a população de baixa renda, milhões de brasileiros relegados um sub-atendimento precarizado. O tal Ricardo Barros, envolvido até a medula na corrupção do País, é um servil das empresas de saúde privada, tem feito ações para desmantelar de vez o sistema público de saúde.

Não aceitaremos que o excelente trabalho de prevenção, desempenhado pelos trabalhadores do Ministério da Saúde (EX-FUNASA) não seja valorizado como deve ser feito pela importância à vida de milhões de brasileiros, que são reféns da incompetência governamental, sendo vítimas de doenças que estavam erradicadas ou sob controle no início do século 20, e hoje voltam a matar e assombrar todo mundo, independente da classe econômica. Estes casos da Febre Amarela dão bem uma dimensão de como o governo está perdido e sem perspectivas de resolver a questão que tem levado a morte de centenas de pessoas. Isso demonstra que, como moeda de barganha política, aventureiros sem escrúpulos assumem ministérios apenas para satisfazer egos enormes e empregar, com altos salários, seus apadrinhados políticos.

Os golpistas indicam gestores incompetentes e cruéis para gerir os Planos de Saúde

É um verdadeiro absurdo que gestores dos planos de saúde de auto-gestão como a GEAP e a CAPESAÚDE, adotem medidas criminosas e pratiquem ações covardes e impiedosas, que são os aumentos abusivos de mensalidades para expulsar milhares de pessoas que contribuíram com estes planos por 40, 50, 60 anos. Infelizmente estamos atravessando um momento difícil no País, pois o poder judiciário se omite diante de tanta injustiça cometida contra os trabalhadores. Porém, não desistiremos e continuaremos na luta, pois são os servidores os únicos que pagam o plano, e esta gente que não tem nenhum compromisso com os usuários, além do que recebem salários milionários demonstrando não ter nenhum sentimento, e vão excluindo do plano os trabalhadores num momento em que mais precisam de atendimento.

Trabalhadores da ANVISA cobram do governo a solução para os pagamentos de adicionais de Insalubridade, Periculosidade e Noturno

Com a implantação da remuneração por subsídio, o governo não incluiu na Folha de Pagamento os adicionais que os servidores têm direito por trabalharem em condições insalubres e, ou em turnos ininterruptos de trabalho, que deveriam ser pago via VPNI. A FENASPS apresentou documento exigindo solução do problema e o Ministério do Planejamento dará o retorno a pauta. Confira Relatório completo no site www.sindprevspr.org.br

MTE vai resistir à descentralização

A intenção do governo federal, após a extinção do Ministério da Previdência Social, era extinguir também o Ministério do Trabalho, pois a patrãozada reclama muito das fiscalizações e multas. Como houve resistência de parte da base aliada, o governo passou a procurar Estados e Municípios oferecendo a estes a oportunidade de realizar alguns serviços do MT, esvaziando as atividades desempenhadas pelo pessoal administrativo. Isso é inaceitável. O papel desempenhado pelo Ministério do Trabalho é histórico e não vamos aceitar que, além desta tentativa de reforma Trabalhista, o MT também seja extinto gradativamente. Exigimos a realização de Concurso Público imediato para reposição do quadro de pessoal e o fortalecimento das atividades de defesa do trabalho e do trabalhador.

GOVERNO PROMETE CUMPRIR O ACORDO, INCORPORAR GRATIFICAÇÕES PARA OS APOSENTADOS E PAGAR RETROATIVOS DESDE JANEIRO

Os aposentados estão apreensivos com o não pagamento, até agora, da incorporação de 1/3 da GDASS e GDPST. O governo alega que teve problemas operacionais. A última informação que tivemos é que vão pagar, inclusive os atrasados, agora em maio, mas desconfiamos que eles pretendem dar o calote mesmo, obrigando-nos a recorrer à Justiça.

Não podemos mais permitir que sucessivos governos (e este tem sido o pior deles, pois a corrupção é endêmica) continuem a comandar o País como se fossemos apenas marionetes de um circo dos horrores.

Neste momento, os servidores públicos federais tem fundamental importância na mobilização e na construção de uma luta unificada com todos os segmentos de trabalhadores e da sociedade civil organizada contra esses desmandos que desmontam conquistas, subtraem direitos e aniquilam perspectivas de trabalho, aposentadoria e vida digna para os brasileiros. Temos muita luta pela frente!!!

Confirmam todos os pontos da Pauta em: www.sindprevspr.org.br

Os servidores do INSS, Saúde, Trabalho, FUNASA e ANVISA estão sendo convocados para essa luta e neste dia 28 DE ABRIL vamos fazer, junto com milhões de trabalhadores, uma GREVE GERAL para derrubar as contrarreformas de Temer

DEVOLUÇÃO:
Av. Jorge Casoni, 2575
86010-250 Londrina PR

Jornal do sindPREVS

FENASPS

ABRIL
DE 2017

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná

Construir a GREVE GERAL em 28 DE ABRIL e derrotar as contrarreformas Trabalhista e da Previdência Social



Os trabalhadores de todo o país estão intensificando a mobilização para enfrentar os ataques das contrarreformas Trabalhista e a da Previdência (PEC 287/2016), ambas do governo ilegítimo de Michel Temer.

Após realizar grandes atividades no dia 15 de março, que levou nacionalmente milhões de pessoas a protestarem contra as reformas neoliberais que tiram direitos sociais, outros movimentos e mobilizações estão sendo convocados.

As Centrais Sindicais estão convocando Greve Geral para dia 28 de abril, propondo a paralisação de todas as atividades nos locais de trabalho para fortalecer a luta para derrotar este ataque dos patrões com o único objetivo de retirar todos os direitos sociais que a classe trabalhadora, com muito suor e sangue, conquistou em mais de cem anos de luta. Portanto, todos estão convocados para ocuparem as ruas deste país, como fizeram no dia 31 de março, e construir a mobilização e PARALISAR AS ATIVIDADES NO DIA 28 DE ABRIL.

É fundamental também organizar os núcleos de base, construindo comitês unificados, com os demais trabalhadores, para impulsionar a luta de todos os setores dos movimentos sociais, sindicais e juventude, ampliando as ações nas cidades e no campo.

Os delegados presentes na Plenária da FENASPS realizada no último dia 19 de março aprovaram plano de luta, orientando todos as atividades, em conjunto com demais setores dos Trabalhadores em Luta, como as atividades convocadas e organizadas pelas centrais sindicais contra este projeto do mal. A luta é o único caminho para derrotar os projetos dos golpistas.

Lá vai o Brasil descendo a ladeira...

Os brasileiros assistem assombrados as denúncias feitas por empreiteiras que enriqueceram corrompendo governos ao longo dos últimos 30 anos, algumas delas desde o Regime Militar. São mais de 350 parlamentares envolvidos, e atualmente 195 sendo investigados no STF por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica. Todos os grandes partidos, todos os ex-presidentes desde 1987, estão envolvidos ou foram beneficiados pelo vil metal da corrupção. Confira a lista no site www.sindprevspr.org.br

Assim o Brasil vai descendo a ladeira, um governo ilegítimo que conseguiu da elite brasileira, corruptora e sonegadora de impostos, comprar centenas de parlamentares corruptos do congresso nacional e impuseram o impeachment a uma governante que estava à deriva, por achar que poderia de fato governar para estes abutres do sistema financeiro e as hienas, que compõe a maioria absoluta do empresariado nacional, responsáveis diretos por deixar 15 milhões de brasileiros desempregados.

No entanto, não devemos nos deter diante deste deprimente espetáculo de horror, o nosso papel é ocupar as ruas do País, derrotar as contrarreformas Trabalhista e Previdenciária e acumular forças para realizar eleições gerais em todos os níveis de governo.

Para analisar este momento nada melhor que ouvir as previsões poéticas do grupo Legião Urbana que compôs, cantou e virou hino... **QUE PAÍS É ESTE!**

Esta obra prima foi atualizada por Cazuzza: *“Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades, o tempo não para. Tua piscina está cheia de ratos tuas verdades não correspondem aos fatos, o tempo não para. Lhe chama de ladrão, de bicha e maconheiro, transformam o País inteiro num puteiro, pois só assim se ganha mais dinheiro. Tua piscina está cheia de ratos...”*

PARA DERROTAR O PROJETO NEOLIBERAL, O TRABALHADOR VAI FAZER GREVE GERAL!

EXPEDIENTE: JORNAL DO SINDPREVS/PR

SEDE LONDRINA: Av. Jorge Casoni, 2575 - CEP 86010-250 - Fone: (43) 3321 38 14 - SEDE CURITIBA: Av. Marechal Deodoro, 500 - Cj. 158, 15º andar - CEP 80010-911 Fone (41) 3233 93 89

Edição sob responsabilidade da Direção Colegiada do SINDPREVS - Fotos: Pedro Mesidor e Arquivos FENASPS e SINDPREVS - Arte: Ângelo Gerônimo - Jornalista Responsável: Hugo Ramirez Filho

Impressão: GRAFINORTE- 4 mil exemplares

CONTRARREFORMA TRABALHISTA ACABA COM DIREITOS HISTÓRICOS

O ilegítimo governo está agindo para acabar com os direitos trabalhistas incluídos na CLT que asseguram benefícios para todos os setores da classe trabalhadora, setores públicos e privados. Sem assegurar qualquer salvaguardas aos atuais trabalhadores, sancionou a Lei 13.429/2017, permitindo a todos os setores da economia implantarem esta lei da Terceirização ampla e irrestrita.

Segundo o Palácio do Planalto, o parágrafo terceiro do Artigo 10 da lei aprovada pelo Congresso abre a possibilidade de prorrogações indefinidas do contrato temporário de trabalho, desde que isso seja aprovado em acordo ou convenção coletiva, o que poderia prejudicar os trabalhadores.

No dia 28 de março, nove senadores do PMDB assinaram uma carta pedindo para que Temer não sancionasse o texto como foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Para os peemedebistas, da forma como foi aprovado, o texto poderá agravar o desemprego e reduzir a arrecadação. O projeto também dividiu patrões e empregados.

Temer sancionou a lei depois de ouvir todos os órgãos envolvidos no tema. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, declarou, nas últimas semanas, que a nova lei vai facilitar as contratações pelas empresas.

ATIVIDADE-FIM

Os temas centrais do texto aprovado no último dia 22 de março pela Câmara dos Deputados foram mantidos, como a possibilidade de as empresas terceirizarem a chamada atividade-fim, aquela para a qual a empresa foi criada. A medida prevê que a contratação terceirizada possa ocorrer sem restrições, inclusive na administração pública.

Antes, decisões judiciais vedavam a terceirização da atividade-fim e permitiam apenas para a atividade-meio, ou seja, aquelas funções que não estão diretamente ligadas ao objetivo principal da empresa.

“QUARTEIRIZAÇÃO”

A empresa de terceirização terá autorização para subcontratar outras empresas para realizar serviços de contratação, remuneração e direção do trabalho, que é chamado de “quarteirização”.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

É facultativo à empresa contratante oferecer ao terceirizado o mesmo atendimento médico e ambulatorial dado aos seus empregados, incluindo acesso ao refeitório. A empresa é obrigada a garantir segurança, higiene e salubridade à todos os terceirizados.

CAUSAS TRABALHISTAS

Em casos de ações trabalhistas, caberá à empresa terceirizada (que contratou o trabalhador) pagar os direitos questionados na Justiça, se houver condenação. Se a terceirizada não tiver dinheiro ou bens para arcar com o pagamento, a empresa contratante (que contratou os serviços terceirizados) será acionada e poderá ter bens penhorados pela Justiça para o pagamento da causa trabalhista.

ESTÃO AMEAÇADOS

O direito às férias remuneradas de 30 dias, a Jornada de Trabalho de até 40 horas; Auxílio Maternidade, horário de almoço e pagamento do FGTS e contribuições previdenciárias.

RAZÕES PARA LUTAR SEM TRÉGUAS

O GOVERNO QUER QUE A GENTE MORRA DE TRABALHAR PARA NÃO SE APOSENTAR

Sem nenhum pudor o governo mente à população sobre a existência de déficit na Previdência Social, desvia o dinheiro para pagamento de juros da Dívida Pública. Somente em 2015, a Previdência teve superávit de 12 bilhões. Fonte: www.anfp.org.br.

AUMENTO DA IDADE PARA HOMENS E MULHERES

Se for aprovada a reforma, homens e mulheres somente poderão se aposentar aos 65 anos de idade com, no mínimo 49 anos de contribuição para terem direito a benefício integral. Hoje, um trabalhador(a) que começou a labutar aos 16 anos, pode se aposentar por tempo de serviço - mulheres 30 anos de contribuição e homens 35 anos de contribuição. Em alguns casos, as mulheres, combinando alguns fatores de tempo, podem se aposentar aos 55 anos e homens aos 60 anos. Igualando as idades, as mulheres serão as mais prejudicadas: terão que trabalhar e contribuir com mais 19 anos, os homens 14 anos a mais.

MAIS TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA OS TRABALHADORES

Para um trabalhador ou trabalhadora poder ser aposentado além do fator tempo de contribuição e, ou idade, terá que comprovar pelo menos 25 anos de contribuição. Hoje a exigência é 15 anos.

FIM DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS

Os trabalhadores(as) rurais, em condições insalubres e em condições especiais, pessoas com deficiências e aposentadoria por incapacidade serão ferozmente atacados, terão enorme dificuldades para comprovar esta condição para conseguir seus benefícios.

FIM DAS PENSÕES

Na proposta do governo ilegítimo fica vedado o acúmulo de benefícios. Não será mais possível acumular aposentadorias e pensões por morte, por exemplo. Haverá redução de 50% no valor das pensões por morte e, a partir daí será acrescentada mais 10% por dependente, com o limite a cinco filhos beneficiados, “família com 6 filhos terá que fazer sorteio de qual filho vai perder”.

TODOS OS TRABALHADORES SERÃO AFETADOS

Os golpistas querem aplicar as novas regras para todos os trabalhadores, homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45 anos, independentemente do tempo de contribuição que já tenha no sistema. Os que estiverem acima desta idade, entram numa regra de transição e somente poderão se aposentar pelas regras atuais se contribuírem com 50% a mais sobre o tempo que faltava para a aposentadoria. E para quem já se aposentou não existe nenhuma garantia da correção dos valores dos benefícios, que poderão ser congelados ficando a critério do governo a correção dos valores. **Nenhum direito a menos!**

CONTRARREFORMA TRABALHISTA PROPÕE ELIMINAR A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O relatório da PEC 6787/2016, que propõe alterar mais de 100 artigos destruindo a Consolidação das Leis Trabalhistas, cria o trabalho intermitente onde o trabalhador receberá por hora trabalhada limitada a 12 horas de trabalho dia, autoriza e regulamenta a terceirização em todos os setores da economia, setor público e privado, propõe férias em três vezes, na prática responsabiliza o trabalhador pelo Acidente de Trabalho e acaba com o direito deste estar em Licença quando o acidente ocorrer entre os deslocamento de casa para o trabalho e vice e versa, permite que direções de sindicatos compradas pelos patrões, como o de Paulinho da farsa sindical, façam acordo que possa valer sobre as leis trabalhistas, regulamenta o teletrabalho, permitindo ao patrão criar novas regras de controle de horário, serviços e benefícios trabalhistas.

Além de todos estes ataques, vem causando grande preocupação com a da inclusão de PCD/Reabilitados. O relatório apresente a seguinte proposta:

Art. 5º O art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar

Acrescido dos seguintes §§ 5º, 6º e 7º: “Art. 93.

§ 5º Ficam excluídas da base de cálculo do percentual da cota mencionada no caput deste artigo as funções que forem incompatíveis com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, assim definidas em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

§ 6º Na ausência de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho que definam as funções incompatíveis com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, a definição será feita pelo Ministério do Trabalho, desde que solicitada pelo empregador.

§ 7º Quando não forem alcançados os percentuais estabelecidos neste artigo, as empresas poderão ser isentadas de multa,

pelo prazo máximo de três anos, desde que atendidas simultaneamente as seguintes condições:

I – comprovem ter utilizado todos os meios possíveis para contratação, incluindo o contato com programas oficiais de colocação de mão de obra, sites e organizações não governamentais que atuem na causa da pessoa com deficiência e a oferta da vaga por meio de publicações em veículos de mídia local e regional de grande circulação;

II – comprovem que a não contratação ocorreu por razões alheias à vontade do empregador, conforme regulamento. (NR)”

Estas alterações além dos prejuízos aos trabalhadores é preconceituosa e extremamente lesiva aos direitos da pessoa com deficiência. **Preconceituosa**, pois supõe que a pessoa com deficiência é um ser menor, incapaz de realizar tarefas e ser incluída nos processos produtivos. **Lesiva**, pois delega a “um mero acordo” o descumprimento de direitos fundamentais inalienáveis. Se tal dispositivo vier a ser Lei, milhares de pessoas com deficiência serão aliadas do mercado de trabalho. É um momento extremamente difícil. É tempo de mobilização e luta para evitar o retrocesso das garantias de inclusão.

Confirmam as matérias sobre as reformas e também a lista com os nomes dos deputados que votaram contra os trabalhadores no site do sindicato: www.sindprevspr.org.br



CURITIBA



TELÉMACO BORBA



CASCADEL



AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA - Curitiba



MARINGÁ



FOZ DO IGUAÇU

PROJETO RECOMEÇAR:

SERÁ QUE VAI RESOVER OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS DO INSS?

INSS DIZ QUE VAI IMPLANTAR O NOVO PROJETO DIGITAL EM TODO O PAÍS. ENFIM, SÃO MUITAS PROMESSAS. FALTA COMBINAR COM OS ÍNDIOS, OU COM OS MILHÕES DE BRASILEIROS QUE PROCURAM ATENDIMENTO.

Podem parecer brincadeira ou escárnio, mas toda vez que que novos gestores assumem os cargos, os ocupantes de cargos em segundo escalão apressam em demonstrar competência administrativa para continuar nas funções que ocupam. Até hoje ninguém sabe para que serve, nem porque foram criadas as superintendências regionais com tantos cargos e dispêndio de recursos e servidores, pois estes não conseguem sequer podem alterar o processo de trabalho nas regiões onde demandam suas ações, não podem nem mesmo autorizar reformas sem que a Direção Central libere os pagamentos. Haja visto que nenhuma reivindicação do SINDPREVS/PR, sobre as agências de Londrina, Cascavel, Laranjeiras, Marechal Candido Rondon, Santo Antônio do Sudoeste, foram atendidas.

Porém, em cada nova geração as promessas de mudanças, melhorias e tempos melhores se multiplicam, é quase uma coisa sagrada, um rito fundamentalista, enquanto os locais de trabalho, sofrem com a falta de servidores, falta papel, toner, água, material de expediente, APS funcionando com ventiladores. A Superintendência Sul lança o projeto recomeçar “que em síntese é preparar as Agências da Previdência Social para receberem “a salvação”, o INSS Digital. Na onda deste projeto que estão a implantar, adequar e acompanhar as agendas em conformidade com o Memorando Circular 34, que as entidades e chefias de bom senso já pediram a revogação do mesmo. A criação da Super Triagem e a perla do ano - redução da demanda espontânea e implantar unidades de atendimento - INSS PRIME, que seria a criação de unidade de atendimento humanizada com servidores da área meio identificados nas gerências e Super III. **Oxente, e os servidores das demais unidades não fazem atendimento humanizados?? Que discriminação é esta??**

As experiências do INSS Digital no projeto piloto na Gerência de Mossoró, apresentam vários problemas, pois quem faz a digitalização de documentos são estagiários e por mais que se esforcem são pessoas que não tem conhecimento técnico suficiente para cumprir a demanda, gerando retrabalho. Sem considerar que isto não altera o fluxo de segurados nas APS, nem consegue pôr fim a demanda espontânea, pois todas as vezes que estes governos inconsequentes anunciam que farão reformas para retirar direitos, milhões de segurados superlotam as APS procurando atendimento. Então, como estes iluminados pretendem implantar este projeto de reduzir e, ou eliminar a demanda espontânea, se o 135 funciona precariamente criando mais confusão que atendimento aos segurados??

II SEMINÁRIO PARANAENSE DO(A)S ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS “EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL”

Dia: 01/04/2017 - das 08h30min às 17h30min - Auditório da Faculdade Uniamérica em Foz do Iguaçu

O II Seminário Paranaense dos/as Assistentes Sociais do INSS “Em Defesa da Previdência Social” contou com a participação da assistente social Dra. Maria Lucia Lopes da Silva (UNB) e do assistente social Jorge Og Vasconcelos (DF).

Lucia Lopes resgatou a luta histórica do Serviço Social na Previdência Social ressaltando que não se trata de um movimento isolado ou provocado por um determinado sujeito, mas que o risco de extinção do Serviço Social Previdenciário é parte de um processo de desmonte da política de previdência social iniciado na contra reforma desde o ano de 1998 e avalia que a estratégia atual é a corrosão do serviço por dentro, ou seja, a exoneração da chefia e a falta de recomposição da equipe da DSS, a retirada da representação técnica, as RETs das superintendências e a ameaça de extinção do cargo de Responsável Técnica - RT das gerências executivas, retira qualquer possibilidade de articulação do serviço no nível estratégico da instituição.

A apresentação do assistente social Jorge Og trouxe informações de como a Comissão Nacional dos/as Assistentes Sociais da FENASP tem se organizado e provocado espaços de incidência política na Presidência do INSS.

Como resultado deste seminário, foram coletivamente construído os seguintes encaminhamentos:

Criação da Comissão Paranaense de Assistentes Sociais do SINDPREVS/PR, indicados coletivamente, composto pelos seguintes representantes: Isabel (Gex Maringá); Rosane (Gex Ponta Grossa); Eloiza (Gex Curitiba); Viviane (Gex Londrina) e Lucilene/Ademir (Gex Cascavel);

- Confecção de uma Carta ou Manifesto construída pela Comissão Paranaense de Assistentes Sociais esclarecendo a situação do desmonte do Serviço Social vivenciada na atual conjuntura na estrutura da Previdência Social, fundamentando através de dados internos e externos, logo expressar a indignação referente as exonerações que vem ocorrendo desde 2015, solicitando a imediata recomposição e reestruturação com representação técnica do Serviço Social da DSS/DIRSAT/Superintendências e defesa intransigente do trabalho das RTs, como também, do Serviço Social na estrutura da Previdência Social;
- Divulgação da carta manifesto para os movimentos sociais, NUCRESS, Conjunto CFESS/CRESS, Conselhos de Direitos/setoriais, MPT, MP, sindicatos, poder executivo/legislativo municipal/estadual, audiências públicas, entre outros espaços pertinentes;
- Ampliar articulação externa e mapear todos os possíveis apoiadores do Serviço Social (movimentos sociais, sindicatos, Conselhos de Direitos, MPT, MP, dentre outros). Criar formulário simples para organização desse mapeamento, envolvendo todos os assistentes sociais do Paraná nessa tarefa. O formulário deverá encaminhado para o e-mail: sindprevsprcomissoaas@gmail.com. As informações serão organizadas pela comissão do PR.

- Indicação dos colegas que irão participar do Encontro Nacional do Sindprevs/Fenasps em Brasília na data de 06, 07 e 08/05/2017: Luciane (Cascavel); Jaqueline ou Clei (Ponta Grossa); Joziane (Curitiba) e Isabel (Maringá); Viviane (Londrina) e Eloiza (Curitiba).
- Articular e organizar Reunião Técnica do Serviço Social, com as 5 Gerências Executivas do Paraná, caso não for possível, realizar reunião conjuntas entre as gerências: Cascavel/Maringá/Londrina, organização em andamento e as Gerências de Curitiba e Ponta Grossa;

- Ampliar as ações de socialização de informações coletivas do Serviço Social; Realizar diagnóstico da realidade local, levantamento das demandas para subsidiar as propostas de intervenção (Pesquisa/Assessoria/Consultoria/Fortalecimento do Coletivo e Socialização de Informações); Socializar as ações/projetos e atividades do Serviço Social para os demais serviços e servidores das APS/GEX e ampliar as ações do projeto “Orienta Cidadão”.
- Criação da Comissão Paranaense de Assistentes Sociais do SINDPREVS/PR, indicados coletivamente, composto pelos seguintes representantes: Isabel (Gex Maringá); Rosane (Gex Ponta Grossa); Eloiza (Gex Curitiba); Viviane (Gex Londrina) e Lucilene/Ademir (Gex Cascavel);

O Relatório completo estará disponível na página do Sindicato: www.sindprevspr.org.br



Local: Av. Marechal Deodoro, 500 SI 158 Curitiba - PR **sindPREvs** Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho Previdenciário Social e Ação Social do Estado do Paraná